

APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR NAS QUESTÕES DE HISTÓRIA NO ENEM

Francisco José Balduino da Silva
Jean Mac Cole Tavares Santos

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Rural do Semi-Árido e Instituto Federal
de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

professorbalduino@gmail.com
maccolle@hotmail.com

Resumo: Criado em 1998 o ENEM passou por reformulação em 2009, visando, entre outros objetivos, atuar como instrumento de política educacional capaz de nortear a reestruturação curricular do Ensino Médio, para isso contou com uma adequação em sua matriz de referência curricular voltando-se para uma abordagem curricular pautada em competências e habilidades que deveriam nortear as questões da prova e levar os alunos a utilizarem mais do que a memorização de conteúdos para conseguirem resolver as situações problemas propostas na prova. Com a elevação do número de inscritos na prova e os discursos de formação voltados para o ENEM temos por objetivo do presente trabalho é analisar as questões de História que compõem a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sob a ótica de uma análise interdisciplinar, fazendo uma leitura crítica da utilização dos textos geradores e enunciados das questões. O artigo consiste em uma discussão em torno das questões de História e seu enlace com a interdisciplinaridade. Para realizarmos essa análise fizemos um recorte a partir de 14 questões da prova do ENEM de 2016 que trataram sobre temáticas relativas ao conteúdo curricular de História no Ensino Médio, traçando um paralelo entre as concepções de interdisciplinaridade e as questões analisadas. Percebemos a dificuldade de transpor os obstáculos disciplinares encontrados pelo exame, trazendo uma postura híbrida de convivência entre o conteudismo tradicional e avanços na discussão interdisciplinar em certos pontos com base na contextualização histórica exigindo do aluno competências de leitura crítica que se assomem ao domínio de conhecimentos disciplinares.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Exame Nacional do Ensino Médio; História.

Introdução

Nosso trabalho baseia-se na fala de Fazenda (2010), ao afirmar que a interdisciplinaridade vem de uma longa gestação “em que o pesquisador se aninha no útero de uma nova forma de conhecimento – a do conhecimento vivenciado e não apenas refletido, a de um conhecimento percebido, sentido e não apenas pensando” (FAZENDA, 2010, p. 201) (p. 201), necessitando o professor pesquisador voltar seu olhar para o fazer cotidiano, observar com estranheza o que lhe parece comum e interrogar constante sobre a realidade vivenciada.

Partindo deste pressuposto da constante dúvida sobre o habitual, temos como ponto de partida o questionamento acerca do discurso sobre a abordagem interdisciplinar das questões que compõem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tendo como recorte as questões trabalham com temáticas do currículo escolar de História.

A análise a ser trabalhada foi pensada em um processo de “apropriação da metáfora interior” como descrito por Fazenda (2010): “Esse exercício de descoberta da metáfora interior permite ao pesquisador um contato tão profundo com seu próprio eu que o obriga a uma percepção em totalidade do seu papel no mundo e do papel dos outros que com ele interage” (FAZENDA, 2010, p. 203)

Essa apropriação deve-se a nosso envolvimento no trabalho com a preparação de alunos para os processos seletivos de ingresso às Instituições de Ensino Superior (IES), como professor de História da rede pública de ensino do Ceará, com isso acompanhamos a remodelagem do ENEM, no que ficou conhecido como “Novo ENEM”.

Nessa preparação, por vezes nos vimos repetindo o discurso oficial em torno da prova do ENEM e, em um processo de autocrítica, nos vimos questionando o discurso da renovação e interdisciplinaridade nas questões do ENEM.

Em nosso encontro com a “metáfora interior”, passamos a questionar como se dá a apresentação da História na prova do ENEM, e sua possível ligação com a interdisciplinaridade. Para nossa análise, faremos uma discussão da apresentação dos conteúdos de História na prova de 2016 do exame, que contou com 14 questões versando sobre temáticas relacionadas ao conteúdo curricular de História no Ensino Médio, buscando entendermos se a prova de História do ENEM pode ser caracterizada como interdisciplinar.

Metodologia

Em 2009, o ENEM teve mudanças na estrutura da prova e incorporou objetivos que ampliaram o número de inscrições. O “Novo ENEM”, como passou a ser chamado, teve sua prova ampliada para 180 questões distribuídas em quatro áreas do conhecimento: Linguagens e Códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, contando ainda com a redação. Devido a sua extensão, a prova, desde então, tem sua aplicação organizada em dois dias.

O ENEM passou por uma reorganização na matriz de referência, o que aproximaria a prova das Diretrizes Curriculares Nacionais, PCN e dos currículos escolares, passando dessa forma o exame a ser um instrumento de reformulação curricular do Ensino Médio.

Os exames vestibulares, por efetuarem uma seleção de alunos, organizam seus programas de acordo com uma proposta conteudista e abrangente. As condições atuais de efetivação de proposta de ensino médio vinculam-se assim a mudanças

tanto no próprio sistema seletivo para o ingresso no ensino superior como no complexo sistema de avaliação da escola. (BITTENCOURT; 2004, pp. 119-120)

A proposta do “Novo ENEM” visa romper a ambiguidade formada ao término do ensino médio. A escola deve preparar baseando-se na contextualização, porém as avaliações de acesso ao ensino superior mantinham-se conteudistas. O aluno, ao término da educação básica, seria avaliado com base na capacidade de armazenar informações e encontrar a alternativa correta para questões isoladas em si no seu espaço disciplinar.

Buscando servir de base nessa transição do conteudismo para uma nova abordagem do conhecimento, o ENEM reestruturou sua Matriz de Referência. A área de Ciências Humanas e suas Tecnologias passou a contar com seis competências e trinta habilidades (BRASIL, 2009a) trabalhando com compreensões, análises, identificações, comparações, relações, seleções e avaliações sobre diferentes temáticas que envolvem cultura, história, transformações técnicas e tecnológicas, cidadania e natureza.

Com discurso pautado nas competências, a prova trabalha com a contextualização para ultrapassar a abordagem conteudista dos saberes nas avaliações de acesso ao ensino superior. O contexto deve, nesta perspectiva, construir o problema em volta do conteúdo a ser avaliado para gerar condições de análise sobre o aprendizado dos alunos que se submetem à prova.

Na montagem desta contextualização, diferentes estilos de textos são trabalhados na formulação dos problemas. As questões trabalham com gráficos, textos literários, textos jornalísticos, letras de músicas, diversas expressões iconográficas entre outros recursos, buscando abrir portas para um trabalho interdisciplinar que contemple a complexidade do mundo atual.

A proposta do Ministério da Educação ao formatar o ENEM em 2009 era entre elas apresentar uma nova concepção de prova para o ingresso ao Ensino Superior “focada em habilidades e conteúdos mais relevantes, passaria a ser importante instrumento de política educacional, na medida em que sinalizaria concretamente para o ensino médio orientações curriculares expressas de modo claro, intencional e articulado para cada área de conhecimento.” (BRASIL, 2009b).

Desta forma o passado não deve vir como um fato a ser decorado sem explorar sua complexidade. Como afirma Hobsbawm, o passado faz parte de uma dimensão permanente da consciência humana, cabendo ao estudo da história analisar a natureza dos sentidos, dado ao passado (HOBSBAWM 2011, 22). A história faz-se viva no cotidiano social, político, cultural e econômico, apta para o trabalho com diferentes registros humanos de sua existência e análises

historiográficas, o que deve auxiliar a abordagem interdisciplinar se fazer presente nas questões do ENEM.

Para a percepção da História no ENEM trabalharemos com a análise das questões de História do ENEM de 2016, observando a forma como se concebe a disciplina nas questões do exame, observando a permanência da abordagem conteudista ou como o próprio exame se propõe, uma prova voltada para solução de situações problemas como indutoras do trabalho interdisciplinar.

Resultados e discussão

Ao falarmos em História no Ensino Médio, somos levados pelo censo comum a lembrarmos dos antigos questionários utilizados nas escolas contendo as perguntas: onde? quando? quem?, ou de uma sequência linear de fatos precedidos por seus autores e respectivas datas. Esta foi a imagem cristalizada na disciplina de História no imaginário coletivo de inúmeras gerações de estudantes. (MICELI, 2014)

No decorrer dos anos, as abordagens positivista ou materialista analisaram a história e a classificaram através do viés político-econômico, criando em sua volta uma visão engessada de disciplina decorativa, corroborando para isso a forma como a disciplina foi cobrada nas questões de vestibulares (BORGES, 2003)

Uma crise epistemológica formou-se em volta da História, pois as academias trazem em suas produções e formam profissionais em torno de uma visão crítica em busca da compreensão dos diferentes tempos históricos e observando a atuação dos mais diversos agentes sociais, contudo, ao entrar em sala de aula com o intuito de garantir a aprovação em avaliações externas, tanto o currículo como a metodologia de ensino do professor de História encontram-se limitados pelos conteúdos programáticos das diferentes provas de Ingresso às Universidades que devem ser apresentados (BITTENCOURT, 2004).

Pensado os problemas curriculares e metodológicos, o ENEM propôs-se substituir o conteudismo por competências e habilidades, acreditando assim poder abrir um espaço maior para a problematização histórica pelos professores, permitindo o avanço do trabalho interdisciplinar.

Entendemos o conceito de competências a partir da visão de Perrenoud como a “capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação.” (PERRENOUD, 2010, p. 15). Neste caso o trabalho com a História deve ultrapassar as perguntas diretas baseadas em memorização para suplantam o ensino conteudista criticado pelos formuladores da proposta do ENEM.

Em 2016, a prova do ENEM contou com catorze questões que trabalharam com conteúdos de História, em sua grande parte; doze questões abordaram temas sobre a História do Brasil e duas questões abordaram temas da chamada História Geral, a saber, Roma e Imperialismo do século XIX, em uma clara valorização da História nacional, fato já habitual nas edições da prova.

Para nossa investigação, trabalhamos com duas categorias de análise: enfoque histórico, dividido entre *tradicional* e *renovado*; foco da questão, se conteudista ou interpretativo. Além destas categorias, analisamos a utilização dos textos de suporte, com relação ao possível auxílio dado para a resolução da questão e os tipos de texto de suporte utilizados.

Dentre as questões da prova, temos 5 questões – 35,7% – delas trabalhando com um enfoque renovado de história. Ao consideramos estas questões como renovadas

é preciso considerar o sentido do próprio conhecimento, o que leva não somente à eleição de novos fatos ou acontecimentos, mas a uma nova relação entre estes e quaisquer outros fatos e acontecimentos, o que nada tem a ver com compromissos irrefletidos de culto ao novo (MICELI, 2014, p. 45)

As referidas questões levantam relações novas sobre temáticas da História do Brasil acerca dos seguintes períodos: da Nova República, apresentando continuidades políticas das ditaduras dentro da reconstituição da democracia brasileira; do período colonial brasileiro com duas questões, uma tratando da visão etnocêntrica do europeu sobre os índios a partir da utilização de dois textos de historiadores e outra questão sobre a religiosidade colonial como forma de catequese dos da população afro-brasileira; do patrimônio cultural brasileiro, com valorização da cultura popular tradicional e a relação entre agentes burocráticos da Era Vargas com a ideologia fascista utilizando uma análise da proibição da entrada de judeus no país a partir de 1935.

Feita esta análise, nos restam 9 questões – 64,2% – trabalhando com temas e abordagens já trabalhadas recorrentemente nos chamados vestibulares “tradicionalistas” como é o caso da questão 35, que aborda a relação de poder coronelista dentro da República Velha. Não negamos que esta condição faça parte da história, contudo, ressaltamos que tais questões destoam da proposta oficial do ENEM, ao manterem limitações e repetições temáticas.

O foco das questões apresenta-se ainda ligados ao domínio de conteúdo, e não na resolução de situações problemas. Dentre as questões, nove delas mantêm-se focadas no conteúdo para a resolução, apesar de terem textos de suporte para formação de contexto. Mesmo assim, a principal competência exigida para a resolução da questão é a apropriação do conteúdo.

Para exemplificar tal situação, temos a questão 10, que trata sobre a diferença entre a Conjuração Baiana de 1798 em relação às outras revoltas coloniais e principalmente a Inconfidência

Mineira, de 1789. O texto de suporte traz a afirmação da diferença do movimento baiano em relação ao mineiro, e o enunciado da questão limita-se a perguntar que diferença é esta. Se apagarmos o texto de suporte e colocarmos como enunciado: qual a diferença entre A Conjuração Baiana e a Inconfidência Mineira e mantivermos as alternativas, a questão continua com o mesmo sentido. Nesta condição, podemos ver que a base ainda é o conteudismo.

A contextualização neste caso representa muito mais uma ilustração, como aponta Lopes (ano?), “os casos dos exames, os aspectos contextuais tendem a ser inseridos como ilustração do conceito de ser avaliado ou para indicar o contexto no qual o conceito é aplicado, sem que seus conhecimentos seja necessário para a solução das questões – os conceitos acadêmicos permanecem garantido a resposta certa. (LOPES, 2006, p. 45)

Desta forma, as nove questões com base nos conteúdos não apresentam um trabalho conciso com situações problemas. Entendemos como “uma verdadeira situação-problema obriga a transpor um obstáculo graças a uma aprendizagem inédita, quer se trata de uma simples transferência, de uma generalização ou da construção de um conhecimento inteiramente novo” (PERRENOUD, 2010, p. 31).

Na verdade, as “práticas significativas pretendem se afastar constantemente do modelo conteudista, sem abandonar os conteúdos” (ROCHA; RAVALLEC, 2014. p. 2007). O ENEM ainda mantém bases fincadas no conteudismo, apresentando-se como uma prova de formato híbrido, mesclando a valorização de acúmulo de conteúdos com a leitura crítica de contextos apresentados nos textos de suporte.

Um caso que nos chama a atenção é a existência de quatro questões na prova onde o auxílio que o texto proporciona para a resolução da questão é trazer em seu corpo a menção ao tema avaliado, contudo, o restante de seu conteúdo não representa um auxílio para a resolução da questão, como é o caso da questão 38 sobre a República Populista brasileira.

A texto de suporte da questão 38 trata-se de um anúncio de propaganda de carro da década de 60, o enunciado faz uma pergunta sobre as transformações que impactam sob segmentos da população. A questão tem problemas a começar pelos distratores que se auto eliminam na resolução da questão e fecha com a resolução baseada mais no domínio do conteúdo sobre a política e economia do período do que baseado na análise do anúncio.

Apesar disso, as cinco questões que trabalham com base na interpretação montam uma problemática em torno dos temas abordados que tornam não só os textos como apontadores do tema

avaliado, mas como elemento significativo de leitura, interpretação e interligação com conhecimentos adquiridos.

Um exemplo desta situação é a questão 26, que trata da religião e religiosidade no Brasil Colônia. A questão traz a imagem de uma pintura colonial representando São Benedito e um texto do historiador Anderson José Machado de Oliveira tratando sobre as irmandades religiosas. A leitura conjunta dos aparatos da questão em associação com o conhecimento da realidade escravista e religiosa do Brasil colonial são necessárias para a resolução da questão.

Quando voltamos nossa análise para os tipos de textos de suporte utilizados nas questões nos deparamos com sete textos de historiadores utilizados como suporte único das questões, correspondendo a 50% dos casos. Em outras duas questões, a discussão de historiadores vem acompanhada por imagens, questões 11 e 26, para que em conjunto auxiliem a resolução da questão.

Nas outras cinco questões, são utilizadas propagandas (duas questões), dois textos jornalísticos e um documento romano. Nesta observação, percebemos o quanto a História ainda tem que avançar para o trabalho interdisciplinar.

Sendo a História a ciência que estuda o homem e todas as suas realizações no passado, a amplidão de materiais que podem ser utilizados para a problematização dos contextos a serem avaliados temos uma restrição à utilização dos textos acadêmicos.

A prova apresenta duas perspectivas de História, ora tradicional ora renovada, bem como abordagens que variam entre o conteudismo e a interpretação dos textos de suporte, apresentando um discurso em volta das competências maior do que a aplicação prática nas provas do exame. Acrescenta-se a isso a restrição de textos de suporte na formulação das situações problema. Vemos assim o ENEM como um espaço híbrido, como apresenta Lopes: “O híbrido não resolve as tensões e contradições entre os múltiplos textos e discursos, mas produz ambiguidades, zonas de escape dos sentidos” (LOPES, 2006, p. 40).

Neste escape de sentidos vemos uma fragilidade na abordagem em torno das competências e contextualização das questões, o que, caso venha a ser corrigido, poderá avançar no trabalho interdisciplinar.

Conclusões

O ENEM, desde 2009, se propôs a atuar no campo das políticas públicas de currículo. Entendo que sua matriz de referência, juntamente com as abordagens das questões que compõem

sua prova, baseadas em competências e habilidades, trariam ao ensino médio um novo desenho curricular que o distanciara do conteudíssimo e o aproximaria do ensino contextualizado elevando e proporcionando as abordagens interdisciplinares.

A interdisciplinaridade seria uma mudança de postura perante as limitações disciplinares propiciadas pelas fronteiras disciplinares fortalecidas por meios das comunidades epistêmicas. As mudanças nas visões solidificadas de ciências e disciplinas escolares com bases nas especializações dos campos de saber exige novas posturas epistemológicas e de comportamento.

A partir da análise da prova do ENEM de 2016, percebemos a dificuldade de transpor os obstáculos disciplinares encontrados pelo exame, trazendo uma postura híbrida de convivência entre o conteudismo tradicional e avanços na discussão interdisciplinar em certos pontos com base na contextualização histórica exigindo do aluno competências de leitura crítica que se assomem ao domínio de conhecimentos disciplinares. O trabalho proposto pelo ENEM em torno de competência e habilidades juntamente com as abordagens contextualizadas de situações problema podem alavancar o trabalho docente baseado na interdisciplinaridade, precisando, para isso, uma postura concisa em prol das mudanças nas formulações das questões que superem o atual hibridismo da prova.

Referências

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BRASIL. Comitê do novo Enem aprova matriz de habilidades para prova de outubro. 2009a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/13419-comite-de-governanca-do-novo-enem-aprova-matriz-de-habilidades-para-prova-de-outubro>> Acesso em: 04 jul. 2017.
- BRASIL. *Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior*. 2009b. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=768-proposta-novovestibular1-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 mai. 2017.
- FAZENDA, Ivani. “Novos procedimentos metodológicos e as questões da Interdisciplinaridade.” In.: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 2010. pp. 193-212.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LOPES, Alice Casimiro. Discursos na Políticas de Currículo. In.: *Currículo sem Fronteiras*. V. 6, n. 2, 2006. pp.33-52. Disponível em:<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>> Acesso em: 23 de abr. de 2017.
- MICELI, Paulo. Uma pedagogia da História? In.: PINSK, Jaime. *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 37-52.



PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2010.

ROCHA, Ana Angelita da, e Carmem Teresa Gabiel Le RAVALLEC. ENEM nos documentos: uma leitura pós-fundacional da reestruturação do exame em 2009. In.: *Revista e-Curriculum*, out/dez 2014: 1993-2018. Disponível em: <

<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21677>> Acesso em: 02 de jul. 2017.